



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



MENSAGEM Nº 82 / 2020.

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo, no uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 72 da Lei Orgânica, comunico a esse colendo Poder Legislativo que **decidi VETAR INTEGRALMENTE POR INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL o Projeto de Lei nº 4010/2020** que *"Dispõe sobre a disponibilidade de exames oftalmológicos e auditivos para crianças e adolescentes matriculados nas Escolas Públicas Municipais em Porto Velho, da pré-escola até a conclusão do ensino fundamental"*.

Consultada, a Procuradoria Geral do Município **opinou** no seguinte sentido:

"Em síntese, o **projeto de lei nº 4010/2020**, de autoria legislativa, tem por finalidade a disponibilização e realização de exames oftalmológico e auditivos para crianças e adolescentes nas escolas da rede de ensino municipal.

Porém, em que pese seus motivos o **PL Nº 4010/2020** deverá ser **VETADO INTEGRALMENTE POR INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL**, em razão que compete ao Chefe do Poder Executivo a instituição de políticas públicas educacionais e de saúde, e que envolvam seus respectivos servidores e competência de suas Secretarias.

Tal entendimento, encontra-se colacionado no art. 80, incisos I a XVIII, art. 81, incisos I a VI da Lei Complementar Municipal nº 648/2017, compete a Secretaria Municipal de Saúde e Educação a formulação e execução de políticas educacionais para o Município, veja:

"Art. 80. À **Secretaria Municipal de Saúde** compete coordenar a política de saúde no âmbito do Município, em **observância aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde**, desenvolvendo as seguintes atividades, entre outras relacionadas à sua área de atuação:

I – **organizar, executar e gerenciar** os serviços e ações de Atenção Básica, de forma universal, dentro do seu território, incluindo as unidades próprias e as cedidas pelo estado e pela União;

II – **estabelecer** proposta de organização da Atenção Básica e a forma de utilização dos recursos do Programa de Atenção Básica, fixo e variável no Plano Municipal de Saúde;

III – **inserir** preferencialmente, de acordo com sua capacidade institucional, a estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços, visando à organização sistêmica da atenção à saúde;

...

V – **garantir infraestrutura** necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, dotando-as de recursos materiais, equipamentos e insumos suficientes para o conjunto de ações propostas;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



VI – selecionar, contratar e remunerar os profissionais que compõem as equipes multiprofissionais de Atenção Básica, inclusive os da Saúde da Família, em conformidade com a legislação vigente;

...

X – desenvolver mecanismos técnicos e estratégias organizacionais de qualificação de recursos humanos para gestão, planejamento, monitoramento e avaliação da Atenção Básica;

XI – definir estratégias de articulação com os serviços de saúde com vistas à institucionalização da avaliação da Atenção Básica;

XII – firmar, monitorar e avaliar os indicadores do Pacto da Atenção Básica no seu território, divulgando anualmente os resultados alcançados;

XIII – verificar a qualidade e a consistência dos dados alimentados nos sistemas nacionais de informação a serem enviados às outras esferas de gestão;

XIV – consolidar e analisar os dados de interesse das equipes locais, das equipes regionais e da gestão municipal, disponíveis nos sistemas de informação, divulgando os resultados obtidos;

XV – acompanhar e avaliar o trabalho da Atenção Básica com ou sem Saúde da Família, divulgando as informações e os resultados alcançados;

XVI – estimular e viabilizar a capacitação e a educação permanente dos profissionais das equipes;

XVII – buscar a viabilização de parcerias com organizações governamentais, não governamentais e com o setor privado para fortalecimento da Atenção Básica no âmbito do seu território;

XVIII – outras atividades correlatas.

..

Art. 81. A Secretaria Municipal da Educação - SEMED tem a competência de:

I – a formulação e execução das políticas educacionais do Município, elaborando de acordo com as diretrizes e metas governamentais os planos, programas, projetos e atividades técnico-pedagógicas, em todos os níveis de ensino, coordenando e avaliando as atividades técnico-pedagógicas, bem como, orientando e assistindo as unidades de ensino;

II – a manutenção, expansão, melhoria e modernização da rede de ensino, a promoção e apoio às atividades culturais recreativas e do desporto escolar, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes à sua função institucional;

III – a organização e a divulgação de estudos, pesquisas, levantamento, relatórios e outras informações de interesse científico e educacional;

IV – a coordenação, controle e manutenção das ações educacionais no âmbito de sua área de atuação;

V – a articulação com os órgãos e unidades do Sistema Municipal de Ensino e Órgãos afins e o estímulo à participação comunitária no envolvimento das responsabilidades crescentes no processo de gestão de ensino;

VI – outras atividades correlatas. ” (negritei)

Ademais, o projeto de lei de autoria legislativa, cria na estrutura administrativa do Poder Executivo (SEMED e SEMUSA), despesas sem a realização do devido planejamento orçamentário e financeiro, além da designação de atribuição para Secretaria Municipal, violando assim o Princípio da Reserva da Administração, alusivos a Separação dos Poderes (art. 4º, art. 65, § 1º, III, IV, V, art. 87, II, VI da LOM-PVH):

“Art. 4º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

...

Art. 65.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

...

III - servidores públicos municipais, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgão da Administração Pública Municipal;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



V - propostas de Orçamento Anual, Plano Plurianual e Diretrizes Orçamentárias;

...

Art. 87 - Compete privativamente ao Prefeito:

...

II - exercer, com auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração municipal;

...

VI - dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, na forma da lei;" (negritei)

De outro modo, para designação de múltiplos profissionais, é necessário a realização de concurso público para contratação de servidores, ou seja, demanda estudo técnico e planejamento que devem estar previsto na PPA, LDO e LOA. E neste caso, quando envolve a instituição de despesa para as Secretarias, deve haver o planejamento orçamentário, que são matérias de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, veja:

"CF/88:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais." (negritei)

Do ponto de vista jurisprudencial, há consolidado entendimento a respeito da matéria, in verbis:

"Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Ordinária Estadual n. 4.379/2018. **Competência privativa do Chefe do Executivo.** Promulgação pela Assembleia Legislativa do Estado. **Vício formal de iniciativa. Violação ao princípio da separação dos poderes. Inconstitucionalidade declarada.** Uma vez constatado que a Assembleia Legislativa do Estado promulgou lei de competência privativa do Chefe do Executivo Estadual, o que se conclui por haver disposto sobre a atuação de órgãos da Administração Pública que, inclusive, importaram em aumento de despesas fora das hipóteses constitucionalmente autorizadas, impõe-se a declaração de inconstitucionalidade formal da lei, por vício de iniciativa e por violação ao princípio da separação dos poderes. DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, Processo nº 0803191-70.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Presidência, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 02/07/2020

...

O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo. (...) Não cabe, desse modo, ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo, no estrito desempenho de suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredindo o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação *ultra vires* do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais. [RE 427.574 ED, rel. min. Celso de Mello, j. 13-12-2011, 2ª T, DJE de 13-2-2012.]" (negritei)

Por estas razões e com base no **art. 72, § 1º da LOM/PVH, art. 42, § 1º da CE/RO**, é que opinamos pelo **VETO INTEGRAL AO PROJETO DE LEI Nº 4010/2020 por INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL**, em razão de violação do Princípio da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



Separação dos Poderes, criação de despesas com servidores, além de adentra em competência e atribuição das Secretarias Municipais". **(negritei)**

Essas, senhores Vereadores, são as razões que me levaram a **VETAR INTEGRALMENTE** o projeto de lei em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores membros da Câmara Municipal.

Porto Velho – RO, 29 de setembro de 2020.


HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito